

# SUMÁRIO

## **CAPÍTULO 1 – CONCEITO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PROCESSO COLETIVO... 23**

1.1.	RAMOS DO DIREITO.....	23
1.2.	CONCEITO .....	25
1.3.	OUTROS CONCEITOS .....	28
1.3.1.	Direito Material Coletivo.....	28
1.3.2.	Tutela Coletiva .....	30
1.3.3.	Ação Coletiva .....	32

## **CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO DIREITO COLETIVO..... 35**

2.1.	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS.....	35
2.1.1.	Resumo Histórico.....	35
2.1.2.	Teoria das Gerações ou Dimensões dos Direitos Humanos.....	41
2.1.2.1.	1ª Geração dos Direitos Humanos.....	41
2.1.2.2.	2ª Geração dos Direitos Humanos.....	41
2.1.2.3.	3ª Geração dos Direitos Humanos.....	42
2.1.2.4.	4ª Geração dos Direitos Humanos.....	47
2.1.2.5.	5ª Geração dos Direitos Humanos.....	48
2.1.2.6.	Críticas e Elogios.....	48
2.2.	ONDE SE ENQUADRA O PROCESSO COLETIVO DENTRO DAS FASES METODO- LÓGICAS DA CIÊNCIA PROCESSUAL.....	49
2.2.1.	1ª Fase: Sincretismo/Civilismo/Imanentismo/Praxismo .....	49
2.2.2.	2ª fase: Processualismo/Autonomismo/Fase Científica .....	49
2.2.3.	3ª fase: Instrumentalismo/Teleológica/Fase do Acesso à Justiça .....	50
2.2.4.	4ª Fase: Neoprocessualismo.....	54

## **CAPÍTULO 3 – NEOCONSTITUCIONALISMO E PROCESSO COLETIVO..... 57**

3.1.	O QUE É O NEOCONSTITUCIONALISMO?.....	57
3.2.	NOVE REPERCUSSÕES DO NEOCONSTITUCIONALISMO NO PROCESSO CIVIL E PROCESSO COLETIVO.....	63

3.2.1.	Transformações na teoria das fontes do direito .....	64
3.2.1.1.	Surgimento da teoria dos princípios.....	64
3.2.1.2.	Percepção de que a jurisprudência é fonte do direito.....	66
3.2.1.3.	Alteração na técnica legislativa.....	66
3.2.2.	Transformações na hermenêutica jurídica.....	67
3.2.2.1.	Distinção entre texto e norma .....	67
3.2.2.2.	Toda atividade interpretativa é criativa.....	67
3.2.2.3.	Surgimento das máximas da proporcionalidade e da razoabilidade..	67
3.2.3.	Relação entre processo e direito constitucional.....	68
3.2.3.1.	Reconhecimento da força normativa da Constituição.....	69
3.2.3.2.	Aperfeiçoamento da teoria dos direitos fundamentais.....	69
3.2.3.3.	Expansão da jurisdição constitucional.....	70
<b>CAPÍTULO 4 – SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DO DIREITO COLETIVO .....</b>		<b>73</b>
4.1.	INTRODUÇÃO .....	73
4.2.	DIREITO COLETIVO NO MUNDO.....	73
4.2.1.	História.....	73
4.2.2.	Cenário Atual.....	75
4.2.2.1.	Modelo da Verbansklage (tradicional da Europa-Continental) .....	75
4.2.2.2.	Modelo das Class Actions (modelo norte-americano) .....	77
4.3.	DIREITO COLETIVO NO BRASIL .....	80
4.3.1.	1ª fase.....	80
4.3.2.	2ª fase.....	80
4.3.3.	3ª fase.....	82
<b>CAPÍTULO 5 – MICROSSISTEMA COLETIVO .....</b>		<b>89</b>
5.1.	INTRODUÇÃO .....	89
5.2.	COMPETÊNCIA PARA CRIAÇÃO DO DIREITO COLETIVO.....	90
5.3.	MEDIDA PROVISÓRIA NO DIREITO COLETIVO .....	92
5.4.	PROJETOS PARA UM CÓDIGO DE PROCESSO COLETIVO .....	92
5.5.	COMO UTILIZAR AS NORMAS DO MICROSSISTEMA .....	95
<b>CAPÍTULO 6 – ESPÉCIES DE PROCESSO COLETIVO .....</b>		<b>103</b>
6.1.	PROCESSO COLETIVO COMUM.....	103
6.2.	PROCESSO COLETIVO ESPECIAL.....	104

6.3.	AÇÕES PSEUDOCOLETIVAS .....	105
6.4.	AÇÕES PSEUDOINDIVIDUAIS .....	105
6.5.	AÇÕES INDIVIDUAIS COM ALCANCE COLETIVO .....	110
6.6.	OUTRAS CLASSIFICAÇÕES.....	111
6.6.1.	1ª classificação.....	111
6.6.2.	2ª classificação.....	111
6.6.3.	3ª classificação.....	112
6.6.4.	4ª classificação.....	112
6.6.5.	5ª classificação.....	112
6.6.6.	6ª classificação.....	113

## **CAPÍTULO 7 - DIREITOS TUTELADOS PELO MICROSSISTEMA COLETIVO..... 115**

7.1.	INTRODUÇÃO .....	115
7.2.	DIFUSOS (PROPRIAMENTE COLETIVOS).....	118
7.3.	COLETIVOS (PROPRIAMENTE COLETIVOS) "STRICTO SENSU" .....	121
7.4.	INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS (ACIDENTALMENTE COLETIVOS).....	125
7.5.	DIREITOS INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS.....	129
7.6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A CLÁSSICA SUBDIVISÃO .....	133
7.7.	NOVA CLASSIFICAÇÃO?.....	135
7.7.1.	Litígios Transindividuais Globais.....	136
7.7.2.	Litígios Transindividuais Locais.....	137
7.7.3.	Litígios Transindividuais Irrradiados .....	138
7.7.4.	Cumulação de litígios de difusão irradiada com litígios globais e locais... 140	

## **CAPÍTULO 8 - PRINCÍPIOS ..... 143**

8.1.	PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO OU ACESSO À ORDEM JURÍDICA JUSTA OU UBIQUIDADE .....	143
8.2.	PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL COLETIVO.....	148
8.2.1.	Princípio da adequada representação.....	150
8.2.2.	Princípio da certificação da ação coletiva.....	150
8.2.3.	Princípio da competência adequada.....	151
8.2.4.	Princípio da informação aos legitimados .....	151
8.2.5.	Princípio da publicidade adequada ou ampla divulgação da demanda.....	152
8.2.6.	Princípio da Coisa julgada diferenciada .....	156
8.3.	PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO (PARTICIPAÇÃO).....	156

8.4.	PRINCÍPIO DA ISONOMIA.....	163
8.5.	PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO E ATIVISMO JUDICIAL.....	169
8.5.1.	Processo Coletivo e Implementação de Políticas Públicas.....	173
8.6.	PRINCÍPIO DA ATIPICIDADE (OU NÃO TAXATIVIDADE) DA TUTELA COLETIVA OU MÁXIMA AMPLITUDE OU ABSOLUTA INSTRUMENTALIDADE.....	183
8.7.	PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL.....	186
8.8.	PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE MITIGADA/DISPONIBILIDADE MOTIVADA.....	187
8.9.	PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO.....	189
8.10.	PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DA DECISÃO DE MÉRITO COLETIVA.....	194
8.11.	PRINCÍPIO DA MAIOR COINCIDÊNCIA ENTRE O DIREITO E SUA REALIZAÇÃO.....	195
8.12.	PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL DO DANO.....	197
8.13.	PRINCÍPIO DO MÁXIMO BENEFÍCIO DA TUTELA COLETIVA.....	198
8.14.	PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO.....	199
8.15.	PRINCÍPIO DA INTEGRAÇÃO DAS NORMAS DO MICROSSISTEMA.....	201

## **CAPÍTULO 9 – COMPETÊNCIA ..... 203**

9.1.	CONCEITO.....	203
9.2.	DISTRIBUIÇÃO DA COMPETÊNCIA.....	204
9.2.1.	1ª Etapa: É o caso de Jurisdição Nacional?.....	205
9.2.2.	2ª Etapa: É competência dos Tribunais de superposição ou de outro órgão jurisdicional atípico?.....	207
9.2.3.	3ª Etapa: Qual a Justiça competente?.....	220
9.2.3.1.	Competência da Justiça Federal.....	224
9.2.4.	4ª Etapa: A competência originária é do Tribunal ou do primeiro grau de jurisdição?.....	242
9.2.5.	5ª Etapa: Qual a competência territorial ou de foro?.....	244
9.2.5.1.	Competência territorial ou funcional?.....	244
9.2.5.2.	Princípio da Competência Adequada.....	246
9.2.5.3.	Ameaça/Dano ou Ilícito local, regional ou nacional?.....	249
9.2.5.4.	Competência de foro previsto na Constituição x competência de foro previsto no art. 2º, LACP c/c art. 93, CDC. Qual prevalece? 257	
9.2.5.5.	Regras Específicas.....	258
9.2.5.6.	Cooperação Judiciária.....	261
9.2.6.	6ª etapa: Qual o juízo competente?.....	263
9.2.6.1.	Introdução.....	263
9.2.6.2.	Juizados Especiais Federais.....	263

9.2.6.3.	Juizados Especiais Estaduais .....	265
9.2.7.	7ª etapa: Qual é a competência recursal?.....	265
<b>CAPÍTULO 10 – RELAÇÃO ENTRE AÇÕES .....</b>		<b>267</b>
10.1.	RELAÇÃO ENTRE AÇÕES COLETIVAS .....	267
10.1.1.	Introdução.....	267
10.1.2.	Identidade Total .....	268
10.1.3.	Identidade Parcial .....	270
10.1.4.	Prevenção.....	274
10.2.	RELAÇÃO ENTRE AÇÕES COLETIVAS E AÇÕES INDIVIDUAIS .....	275
<b>CAPÍTULO 11 – CONDIÇÕES DA AÇÃO .....</b>		<b>281</b>
11.1.	INTRODUÇÃO .....	281
11.2.	INTERESSE DE AGIR.....	282
11.3.	LEGITIMIDADE .....	284
11.3.1.	Conceito e Natureza Jurídica .....	284
11.3.2.	Controle da Representação Adequada – Legitimidade “ope legis” e “ope iudicis” .....	289
11.3.3.	Ministério Público.....	292
11.3.3.1.	Abrangência da Legitimidade do MP .....	292
11.3.3.2.	Repartição de Atribuições entre os Ministérios Públicos .....	300
11.3.3.2.1.	Ministério Público Militar.....	300
11.3.3.2.2.	Ministério Público do Trabalho.....	301
11.3.3.2.3.	Ministério Público Federal.....	301
11.3.3.2.4.	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.....	301
11.3.3.2.5.	Ministério Público dos Estados .....	302
11.3.4.	Defensoria Pública .....	303
11.3.5.	Administração Pública Direta e Indireta .....	308
11.3.6.	OAB .....	311
11.3.7.	Associações.....	312
11.3.8.	Sindicatos .....	325
11.3.9.	Cooperativa.....	327
11.3.10.	Comunidade Indígena.....	328
11.3.11.	Legitimidade Bifronte ou Intervenção Móvel.....	329
11.3.12.	Ação Coletiva Passiva .....	332

<b>CAPÍTULO 12 - LITISCONSÓRCIO.....</b>	<b>339</b>
12.1. INTRODUÇÃO .....	339
12.2. CLASSIFICAÇÕES .....	339
12.3. LITISCONSÓRCIO NO PROCESSO COLETIVO.....	343
12.3.1. Litisconsórcio entre Colegitimados .....	343
12.3.2. Litisconsórcio entre Legitimado Coletivo e Indivíduo .....	349
12.4. LITISCONSÓRCIO ENTRE UNIÃO, ESTADO E MUNICÍPIOS EM DEMANDAS DE SAÚDE.....	355
<b>CAPÍTULO 13 - INTERVENÇÃO DE TERCEIRO .....</b>	<b>365</b>
13.1. CONCEITO.....	365
13.2. FUNDAMENTOS DA INTERVENÇÃO DE TERCEIRO .....	366
13.3. CLASSIFICAÇÕES DE TERCEIROS.....	366
13.4. CABIMENTO .....	367
13.5. VEDAÇÕES .....	368
13.6. INTERVENÇÕES DE TERCEIROS EM ESPÉCIE.....	369
13.6.1. Assistência.....	369
13.6.1.1. Conceito .....	369
13.6.1.2. Interesse Jurídico Forte, Direto e Imediato.....	369
13.6.1.3. Interesse Jurídico Fraco, Mediato, Reflexo ou Indireto .....	370
13.6.1.4. Questões Interessantes.....	372
13.6.2. Denúnciação da Lide.....	373
13.6.2.1. Conceito .....	373
13.6.2.2. Hipóteses.....	374
13.6.3. Chamamento ao Processo .....	380
13.6.3.1. Conceito .....	380
13.6.3.2. Hipóteses.....	381
13.6.3.3. Art. 101, II, CDC.....	383
13.6.4. Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	385
13.6.4.1. Conceito .....	385
13.6.4.2. Direito Material.....	386
13.6.4.3. Direito Processual.....	387
13.6.4.4. Procedimento.....	388
13.6.4.4.1. Legitimidade.....	388
13.6.4.4.2. Instauração.....	388

13.6.4.4.3. Pressupostos .....	389
13.6.4.4.4. Contraditório .....	389
13.6.4.4.5. Fraude à execução.....	391
13.6.5. <i>Amicus curiae</i> (singular) ou <i>amici curiae</i> (plural).....	392
13.6.5.1. Conceito .....	392
13.6.5.2. Histórico .....	393
13.6.5.3. CPC/15.....	394
13.6.5.4. Natureza Jurídica .....	396
13.6.5.5. Poderes .....	397
13.7. INTERVENÇÕES ANÔMALAS OU INTERVENÇÕES ESPECIAIS DOS ENTES PÚBLICOS .....	399

## **CAPÍTULO 14 - INSTRUMENTOS EXTRAJUDICIAIS ..... 405**

14.1. INQUÉRITO CIVIL .....	405
14.1.1. Introdução .....	405
14.1.2. Características .....	407
14.1.2.1. Objeto do Inquérito Civil .....	407
14.1.2.2. Legitimação Exclusiva do Ministério Público .....	407
14.1.2.3. Facultatividade .....	411
14.1.2.4. Inquisitorialidade (contraditório?) .....	412
14.1.2.5. Publicidade Mitigada .....	414
14.1.2.6. Autoexecutoriedade .....	417
14.1.2.7. Efeitos .....	418
14.1.2.8. Valor Probatório .....	419
14.1.3. Procedimento .....	420
14.1.3.1. Instauração.....	420
14.1.3.1.1. Inciso I.....	420
14.1.3.1.2. Inciso II.....	422
14.1.3.1.3. Inciso III.....	426
14.1.3.2. Instrução.....	426
14.1.3.3. Prazo para Conclusão.....	439
14.1.3.4. Possibilidades .....	440
14.2. AUDIÊNCIA PÚBLICA .....	450
14.3. COMPROMISSO/TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA .....	454
14.3.1. Previsão Legal.....	454
14.3.2. Natureza Jurídica.....	455

14.3.3.	Legitimidade.....	457
14.3.4.	Objeto.....	459
14.3.5.	Extensão.....	460
14.3.6.	Cominações.....	461
14.3.7.	Momento.....	462
14.3.8.	Eficácia.....	463
14.3.9.	Publicidade.....	464
14.3.10.	Acompanhamento e Execução.....	465
14.3.11.	Termos Incompletos, Defeituosos e com Debilidade Coercitiva.....	467
<b>CAPÍTULO 15 – PROCEDIMENTO JUDICIAL.....</b>		<b>471</b>
15.1.	INTRODUÇÃO.....	471
15.2.	PETIÇÃO INICIAL.....	473
15.3.	PROVIDÊNCIAS POSSÍVEIS DO JUIZ.....	475
15.4.	TUTELA PROVISÓRIA.....	480
15.4.1.	Introdução.....	480
15.4.2.	Noções Gerais da Tutela Provisória.....	481
15.4.3.	Pontos Importantes para o Processo Coletivo.....	484
15.5.	MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DO CONFLITO.....	494
15.5.1.	Introdução.....	494
15.5.2.	Autotutela.....	495
15.5.3.	Arbitragem (Lei nº. 9.307/96).....	496
15.5.4.	Autocomposição.....	501
15.6.	DEFESA.....	512
15.6.1.	Contestação.....	513
15.6.2.	Reconvenção.....	515
15.7.	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES.....	518
<b>CAPÍTULO 16 – FASE SANEADORA.....</b>		<b>521</b>
<b>CAPÍTULO 17 – FASE INSTRUTÓRIA.....</b>		<b>525</b>
17.1.	ÔNUS DA PROVA.....	525
17.2.	REGRAS DE DISTRIBUIÇÃO DINÂMICA DO ÔNUS DA PROVA.....	526
17.3.	INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	528
17.3.1.	Inversão Convencional.....	528



17.3.2. Inversão Legal.....	529
17.3.3. Inversão Judicial.....	530
17.4. PODER INSTRUTÓRIO DO JUIZ.....	533
17.5. PROVA EMPRESTADA.....	534
17.6. PROVA ESTATÍSTICA NO PROCESSO COLETIVO.....	536

## **CAPÍTULO 18 - FASE DECISÓRIA..... 539**

18.1. INTRODUÇÃO.....	539
18.2. PRONUNCIAMENTOS DO JUIZ.....	540
18.3. ELEMENTOS DA SENTENÇA.....	541
18.4. PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA.....	542
18.4.1. Congruência Interna.....	542
18.4.1.1. Certeza.....	543
18.4.1.2. Liquidez.....	543
18.4.1.3. Clareza e Coerência.....	544
18.4.2. Congruência Externa.....	544
18.5. DANOS MORAIS COLETIVOS X DANOS SOCIAIS.....	550

## **CAPÍTULO 19 - DECISÃO ESTRUTURAL OU ESTRUTURANTE (PROCESSO ESTRUTURAL)..... 561**

## **CAPÍTULO 20 - DESPESAS PROCESSUAIS..... 571**

## **CAPÍTULO 21 - IMPUGNAÇÕES ÀS DECISÕES NAS AÇÕES COLETIVAS..... 585**

21.1. INTRODUÇÃO.....	585
21.2. AÇÃO RESCISÓRIA E AÇÃO ANULATÓRIA.....	585
21.3. REEXAME NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	587
21.4. SUSPENSÃO DE SEGURANÇA.....	590
21.4.1. Conceito e Natureza Jurídica.....	590
21.4.2. Legitimidade.....	592
21.4.3. Competência.....	593
21.4.4. Procedimento.....	595
21.5. RECURSOS.....	598
21.5.1. Introdução.....	598

21.5.2.	Cabimento.....	599
21.5.3.	Legitimidade.....	605
21.5.4.	Interesse Recursal.....	605
21.5.5.	Fatos Extintivos e Impeditivos do Direito de Recorrer.....	605
21.5.6.	Requisitos Extrínsecos (Tempestividade, Preparo e Regularidade Formal)	606
<b>CAPÍTULO 22 – COISA JULGADA.....</b>		<b>607</b>
22.1.	CONCEITO.....	607
22.2.	FUNÇÕES DA COISA JULGADA.....	608
22.3.	LIMITES DA COISA JULGADA.....	609
22.3.1.	Limites Territoriais (Art. 16, LACP, e art. 2º-A da Lei n. 9.494/97).....	609
22.3.2.	Limites Temporais.....	616
22.3.3.	Limites Objetivos.....	617
22.3.4.	Limites Subjetivos ( <i>inter partes</i> , <i>ultra partes</i> e <i>erga omnes</i> ).....	619
22.4.	TÉCNICAS DE FORMAÇÃO DA COISA JULGADA.....	625
22.5.	TRANSPORTE <i>IN UTILIBUS</i> DA COISA JULGADA.....	633
22.6.	SUPERAÇÃO DA COISA JULGADA.....	636
<b>CAPÍTULO 23 – LIQUIDAÇÃO.....</b>		<b>639</b>
23.1.	INTRODUÇÃO E CONCEITO.....	639
23.2.	NATUREZA JURÍDICA.....	642
23.3.	LEGITIMIDADE.....	642
23.4.	COMPETÊNCIA.....	646
<b>CAPÍTULO 24 – EXECUÇÃO.....</b>		<b>651</b>
24.1.	1ª PECULIARIDADE: PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA EXECUÇÃO E EXECUÇÃO POR FLUID RECOVERY.....	652
24.2.	2ª PECULIARIDADE: PREVISÕES PARTICULARES SOBRE OS MEIOS DE EXECUÇÃO.....	659
24.3.	3ª PECULIARIDADE: DESTINAÇÃO DO VALOR AO FUNDO DE DIREITOS DIFUSOS (ART. 13, LACP).....	671
24.4.	4ª PECULIARIDADE: DESPESAS PROCESSUAIS.....	675
24.5.	5ª PECULIARIDADE: EXECUÇÃO NEGOCIADA.....	677
24.6.	6ª PECULIARIDADE: DELEGAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVAS A ENTIDADES DE INFRAESTRUTURA ESPECÍFICA (EIE): CLAIMS RESOLUTION FACILITIES.....	677

<b>CAPÍTULO 25 - PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....</b>	<b>679</b>
25.1. INTRODUÇÃO .....	679
25.2. TUTELA COLETIVA.....	683
25.2.1. Decadência.....	683
25.2.2. Prescrição .....	685
25.2.3. Imprescritibilidade.....	694
<b>CAPÍTULO 26 - AÇÃO POPULAR .....</b>	<b>699</b>
26.1. HISTÓRICO E CONCEITO .....	699
26.2. OBJETO.....	700
26.3. COMPETÊNCIA.....	703
26.4. LEGITIMIDADE .....	707
26.5. POSIÇÃO DO MP .....	711
26.6. BINÔMIO ILEGALIDADE + LESIVIDADE .....	712
26.7. PROCEDIMENTO .....	716
26.8. SENTENÇA, REEXAME NECESSÁRIO, MEIOS DE IMPUGNAÇÃO E COISA JULGADA.....	719
26.9. LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO.....	722
26.10. DISPOSIÇÕES FINAIS (DESPESAS PROCESSUAIS E PRESCRIÇÃO).....	723
<b>CAPÍTULO 27 - MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO .....</b>	<b>727</b>
27.1. INTRODUÇÃO E CONCEITO .....	727
27.2. REQUISITOS.....	728
27.2.1. Ato de autoridade.....	728
27.2.2. Ilegalidade ou Abuso de Poder.....	730
27.2.3. Direito Líquido e Certo .....	730
27.2.4. Não cabimento de <i>Habeas Corpus</i> ou <i>Habeas Data</i> .....	732
27.2.5. Pressuposto Específico do MS Coletivo (Objeto) .....	734
27.3. COMPETÊNCIA.....	735
27.4. LEGITIMIDADE .....	742
27.4.1. Partidos políticos .....	742
27.4.2. Sindicatos, Entidade de Classe ou Associação .....	743
27.4.3. Outros Legitimados Ativos.....	744
27.4.4. Legitimidade Passiva.....	745
27.5. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	746

27.6.	IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO MS .....	747
27.6.1.	Hipóteses na Lei n. 12.016/09 .....	748
27.6.2.	Hipóteses Adicionais .....	751
27.7.	PROCEDIMENTO .....	756
27.8.	SENTENÇA, REEXAME E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO.....	761
27.9.	FASE EXECUTIVA.....	765
27.10.	DESISTÊNCIA.....	767
27.11.	COISA JULGADA NO MS COLETIVO .....	767

## **CAPÍTULO 28 - MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO..... 771**

28.1.	INTRODUÇÃO .....	771
28.2.	CONCEITO E FINALIDADES.....	773
28.3.	PARÂMETRO E REQUISITOS .....	773
28.4.	ESPÉCIES DE OMISSÃO (TOTAL OU PARCIAL) E PREJUDICIALIDADE.....	774
28.5.	COMPETÊNCIA.....	775
28.6.	LEGITIMIDADE NO MANDADO DE INJUNÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO.....	777
28.7.	PROCEDIMENTO .....	779
28.8.	EFICÁCIA DA DECISÃO .....	781
28.9.	COISA JULGADA E AÇÃO DE REVISÃO.....	783
28.10.	DIFERENÇAS ENTRE ADO E MANDADO DE INJUNÇÃO.....	784

## **CAPÍTULO 29 - HABEAS CORPUS COLETIVO ..... 787**

29.1.	INTRODUÇÃO E CONCEITO .....	787
29.2.	ESPÉCIES DE PRISÃO.....	788
29.3.	HABEAS CORPUS COLETIVO É POSSÍVEL?.....	790

## **CAPÍTULO 30 - HABEAS DATA ..... 793**

30.1.	CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA.....	793
30.2.	OBJETO.....	793
30.3.	COMPETÊNCIA .....	795
30.4.	LEGITIMIDADE .....	797
30.5.	HABEAS DATA COLETIVO É POSSÍVEL?.....	798
30.6.	PROCEDIMENTO .....	800

30.7. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO E COISA JULGADA.....	801
30.8. DESPESAS PROCESSUAIS.....	802
<b>CAPÍTULO 31 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....</b>	<b>803</b>
31.1. SISTEMA BRASILEIRO ANTICORRUPÇÃO.....	803
31.1. MORALIDADE ADMINISTRATIVA.....	806
31.2. PROIBIDADE ADMINISTRATIVA.....	810
31.3. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.....	814
31.4. LEI N. 8.429/1992 E LEI N. 14.230/2021.....	815
31.5. NATUREZA JURÍDICA.....	817
31.6. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS.....	819
31.7. COMPETÊNCIA.....	821
31.8. LEGITIMIDADE ATIVA.....	826
31.9. LEGITIMIDADE PASSIVA.....	827
31.9.1. Sujeito Ativo Próprio .....	828
31.9.1.1. A polêmica dos Agentes Políticos e a solução dada pela nova Lei... 829	
31.9.1.2. Estagiário .....	831
31.9.1.3. Empregados e dirigentes de concessionárias e permissionárias de serviços públicos .....	831
31.9.1.4. Terceiro Setor .....	832
31.9.1.5. Partidos Políticos .....	833
31.9.1.6. Notários e Registradores.....	834
31.9.1.7. Herdeiros e sucessão empresarial.....	834
31.9.2. Sujeito Ativo Impróprio .....	836
31.9.3. Litisconsórcio.....	837
31.10. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL.....	838
31.10.1. Natureza Jurídica.....	839
31.10.2. Evolução Legislativa .....	840
31.10.3. Legitimidade.....	842
31.10.4. Requisitos e resultados que devem ser obtidos com o acordo.....	843
31.10.5. Sanções .....	844
31.10.6. Momento de celebração.....	844
31.10.7. Atuação do Tribunal de Contas na apuração do valor do dano.....	844
31.11. INQUÉRITO CIVIL.....	845
31.12. PROCEDIMENTO .....	845

31.12.1. Tutelas Provisórias.....	846
31.12.2. Fases Postulatória e Instrutória .....	855
31.12.3. Fase Decisória .....	863
31.12.4. Cumprimento de sentença e unificação das sanções.....	866
31.12.5. Custas e Honorários Sucumbenciais .....	867
31.13. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA IMPROBIDADE (SUJEITO, CONDUTA ÍMPROBA E ELEMENTO SUBJETIVO).....	868
31.13.1. Conduta Ímproba.....	868
31.13.1.1. Atos de Improbidade que geram Enriquecimento Ilícito.....	869
31.13.1.2. Atos de Improbidade que causam Lesão ao Erário.....	871
31.13.1.3. Atos de Improbidade que atentam Contra os Princípios da Administração Pública .....	876
31.13.2. Elemento subjetivo .....	880
31.14. SANÇÕES .....	883
31.14.1. Aplicação das Sanções.....	889
31.14.1.1. Dano ao Patrimônio Público e Aprovação pelo Tribunal de Contas .....	889
31.14.1.2. Cumulação de Sanções .....	890
31.14.1.3. Cassação de Aposentadoria.....	891
31.14.1.4. Pena de Perda do Cargo .....	891
31.14.1.5. Outros julgados interessantes.....	892
31.15. DA PRESCRIÇÃO.....	893
31.16. RESUMO DAS ALTERAÇÕES.....	898
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>917</b>